



Geografia das existências, resistências e Ecopedagogia: as vulnerabilidades dos pescadores e catadores de caranguejos na Baía de Guanabara e Sepetiba, Baixada Fluminense/RJ, Brasil¹

Patricia de Oliveira Plácido²

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) / Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-1518-0257>

Edileuza Dias de Queiroz³

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) – Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-2904-9938>

Resumo: Este artigo analisa o histórico de lutas, organização e resistências dos pescadores artesanais das Baías de Guanabara (BG) e Sepetiba (BS) no RJ. Essas baías configuram-se como espaços de crescente expansão de atividades industriais, tendo em vista a instalação de empreendimentos portuários, siderúrgicos e de extração de petróleo e gás, de alto impacto poluidor. A pesca artesanal é a atividade mais impactada pela industrialização. A pesquisa foi qualitativa, e utilizou de técnicas de realização de entrevistas e oficinas de rodas de conversas. Os resultados foram analisados à luz da Ecopedagogia e do conceito de “zona de sacrifício”. As análises apontam que os pescadores lutam contra a apropriação desigual do território, pelo reconhecimento de seus direitos e identidade como povos tradicionais.

Palavras-chave: Ecopedagogia. Pescadores Artesanais. Resistência. Zonas de sacrifício.

Geografía de las existencias, resistencias y ecopedagogía: las vulnerabilidades de los pescadores y recolectores de cangrejos en la Bahía de Guanabara y Sepetiba, Baixada Fluminense/RJ, Brasil

Resumen: Este artículo analiza la historia de las luchas, la organización y la resistencia de los pescadores artesanales de la Bahía de Guanabara (BG) y la Bahía de Sepetiba (BS) en Río de Janeiro. Estas bahías se configuran como espacios de creciente expansión de actividades industriales, debido a la instalación de proyectos portuarios, siderúrgicos y de extracción de petróleo y gas, con un alto impacto contaminante. La pesca artesanal es la actividad más afectada por la industrialización. La investigación fue cualitativa y empleó técnicas de entrevistas y talleres con círculos de discusión. Los resultados se analizaron desde la perspectiva de la ecopedagogía y el concepto de "zona de sacrificio". Los análisis indican que los pescadores luchan contra la apropiación desigual del territorio, por el reconocimiento de sus derechos e identidad como pueblos tradicionales.

¹ Recebido em: 30/10/2025. Aprovado em: 08/12/2025.

² Especialista em Educação Ambiental. Mestra em Educação. Doutora em Meio Ambiente. Pós Doutora em Geografia. E-mail: profpatricia.placido@gmail.com

³ Professora Adjunta do Departamento de Geografia e do Programa de Pós Graduação em Geografia da UFRRJ. Coordena o Observatório de Gestão das Unidades de Conservação da Baixada Fluminense/RJ. E-mail: edileuzaqueiroz@ufrj.br

Palabras clave: Ecopedagogía. Pescadores artesanales. Resistencia. Zonas de sacrificio.

Geography of existences, resistances and Ecopedagogy: the vulnerabilities of fishermen and crab gatherers in Guanabara Bay and Sepetiba, Baixada Fluminense/RJ, Brazil

Abstract: This article analyzes the history of struggles, organization, and resistance of artisanal fishermen in Guanabara Bay (BG) and Sepetiba Bay (BS) in Rio de Janeiro. These bays are configured as spaces of increasing expansion of industrial activities, given the installation of port, steel, and oil and gas extraction projects, with a high pollution impact. Artisanal fishing is the activity most impacted by industrialization. The research was qualitative and used techniques of conducting interviews and workshops with discussion circles. The results were analyzed in the light of Ecopedagogy and the concept of "sacrifice zone." The analyses indicate that the fishermen fight against the unequal appropriation of the territory, for the recognition of their rights and identity as traditional peoples.

Keywords: Ecopedagogy. Artisanal Fishermen. Resistance. Sacrifice Zones.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é fruto de pós doutoramento em Geografia na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, financiada pelo Fundo Assistência à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Trata-se de um projeto de extensão denominado “HISTÓRIA DE PESCADORES: relatos e vivências nos territórios da Baía de Guanabara e Sepetiba/RJ, Brasil”, e integra as pesquisas do Observatório de Gestão das Unidades de Conservação da Baixada Fluminense/RJ. Os territórios estudados são o município de Itaguaí (Baía de Sepetiba) e Magé (Baía de Guanabara). O estudo de caso se deu em duas associações, sendo elas: Associação de Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira (APLIM) e Associação de Caranguejeiros e Amigos do Mangue de Magé (ACAMM).

As baías de Guanabara e de Sepetiba, no estado do Rio de Janeiro – apresentadas na figura 1 –, são espaços em crescente expansão de atividades industriais devido à instalação de empreendimentos portuários e siderúrgicos (PACS, 2015). A leitura desse processo pode ser feita através da geopolítica, em que analisamos o processo de expansão relacionado ao modelo desenvolvimentista implantado em diferentes momentos históricos brasileiros. O desenvolvimento de estratégias de dominação social, no âmbito do modo de produção capitalista reconfigura-se, legitima-se e sobrepõe-se ao modo de vida das comunidades desprovidas de participação política nos processos decisórios e de resistências contra hegemônicas aos interesses e às práticas do grande capital (Castro, 2018).

Figura 1: Localização das Baías de Guanabara e Sepetiba/RJ



Fonte: <https://liga.ufrj.br/>

Em estudo publicado anteriormente com temática da Ecopedagogia com populações tradicionais, Plácido e Vilaça (2017) analisam como a geopolítica do capital por meio da territorialização das indústrias se sobrepõem aos territórios pesqueiros no estado do Rio de Janeiro. Territórios, populações tradicionais e conflitos sociais são objetos de análise crescente na América Latina, região que perpetua a lógica capitalista de poder.

Diante da vulnerabilidade, surge o medo do desaparecimento de seus territórios pesqueiros e consequentemente de seus modos de vida. Os pescadores locais se mobilizam e buscam estratégias de permanência em seus territórios e de manutenção de seus modos de vida e de sua cultura. Diante de tal constatação, esta pesquisa relaciona o conceito de Geografia das existências⁴ e o conceito de Ecopedagogia⁵ à medida que elucida as relações entre o pescador e o meio ambiente a partir das lutas por identidade e

⁴ contradição da modernização do espaço e a existência de outras formas de relação homem e natureza produção do espaço geográfico.

⁵ visão sistêmica dos pescadores em relação ao meio ambiente

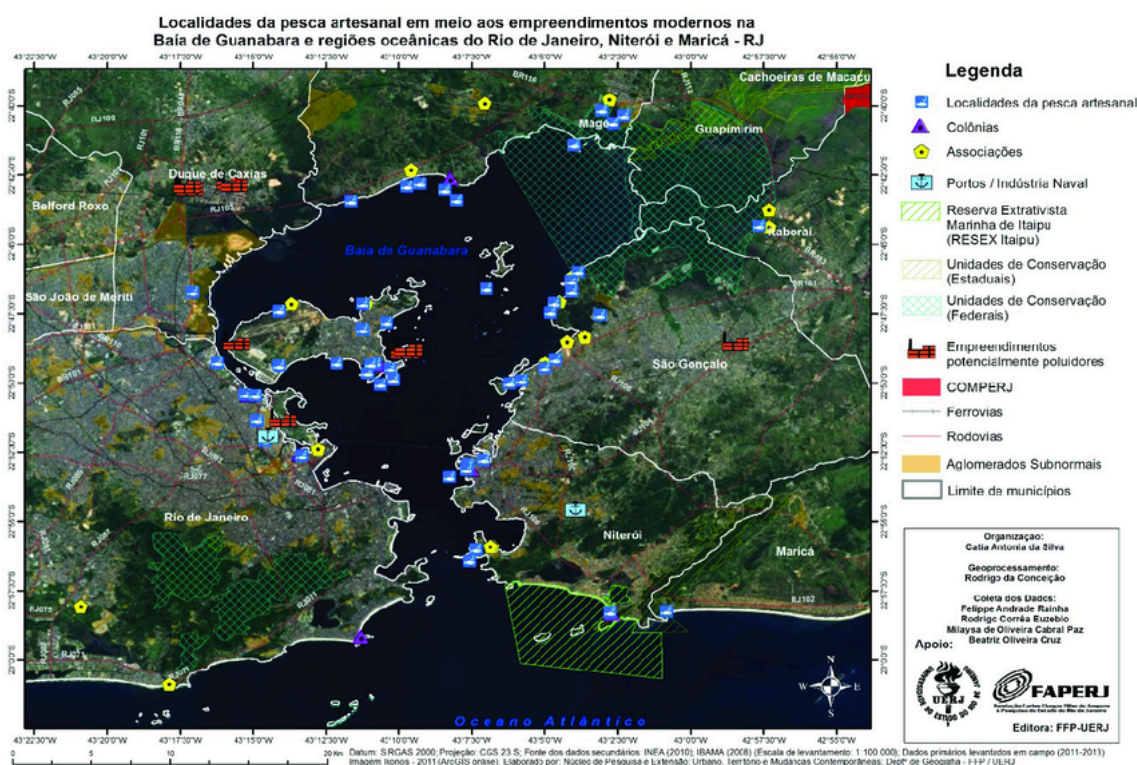
pertencimento, por meio de suas experiências e seus valores espaciais, na busca por um meio ambiente sadio, equilibrado, justo e coletivo para suas comunidades.

1. Territórios de resistências na Baixada Fluminense

Ao observarmos os esforços de resistência dos pescadores artesanais nas chamadas *zonas de sacrifício* das baías de Guanabara e de Sepetiba. Consideramos ser plausível identificar iniciativas de duas associações de pescadores que vivenciam outras relações com o meio ambiente e produzem seus espaços geográficos na contramão da via do credo dominante do desenvolvimento. Essas iniciativas possuem histórico de lutas por existência, sobrevivência e manutenção de seus modos de vida, suas culturas frente a territorialização capitalista do espaço.

Vejamos no Mapa 1 a seguir como o território da Baía de Guanabara é disputado.

Mapa 1: Localidades da pesca artesanal na Baía de Guanabara e as indústrias



Fonte: Silva, 2011

No território da Baía de Guanabara, a Associação de Catadores e Amigos do Mangue de Magé é uma instituição que tem em seu histórico de fundação lutas sociais

por reconhecimento de identidades pesqueira dos catadores(as) de caranguejos. Esse grupo de catadores de caranguejos foi impactado diretamente pelo acidente causado pela Petrobrás na Baía de Guanabara nos anos 2000 quando ocorreu o derramamento de toneladas de óleo nas águas da Baía de Guanabara, além dos prejuízos ambientais, também foram excluídos das indenizações e dos programas sociais que a empresa e o governo concederam aos pescadores afetados.

Ressalte-se que nem o governo e a Petrobras reconheciam os catadores de caranguejos como pescadores, e as vozes desses catadores que gritavam por justiça ambiental eram silenciadas como vozes individuais e manifestações pontuais frente as mega corporações e estatais. Como os catadores de caranguejos de Magé não faziam parte de movimento organizado e não estavam associados a nenhuma instituição, eles não eram contabilizados nos processos indenizatórios e nem em medidas de compensação ambiental. Se tornaram invisíveis e, durante anos, recorreram à coleta de lixo e recicláveis no rio Suruí para sobreviverem.

Após longos períodos de lutas, os catadores de caranguejo de Magé se mobilizaram e fundaram a ACAMM, o que os instrumentalizou socialmente, e finalmente adquiriram o Registro Geral de Pesca (RGP) e tiveram acesso aos programas governamentais e sociais.

Na figura 2 abaixo, vejamos a sede da ACAMM. Um prédio recém construído e inaugurado no ano de 2025, próximo ao rio Suruí. Anteriormente funcionava em um galpão alugado no centro de Magé.

Figura 2: Associação de Caranguejeiros e Amigos do mangue de Magé (ACAMM).



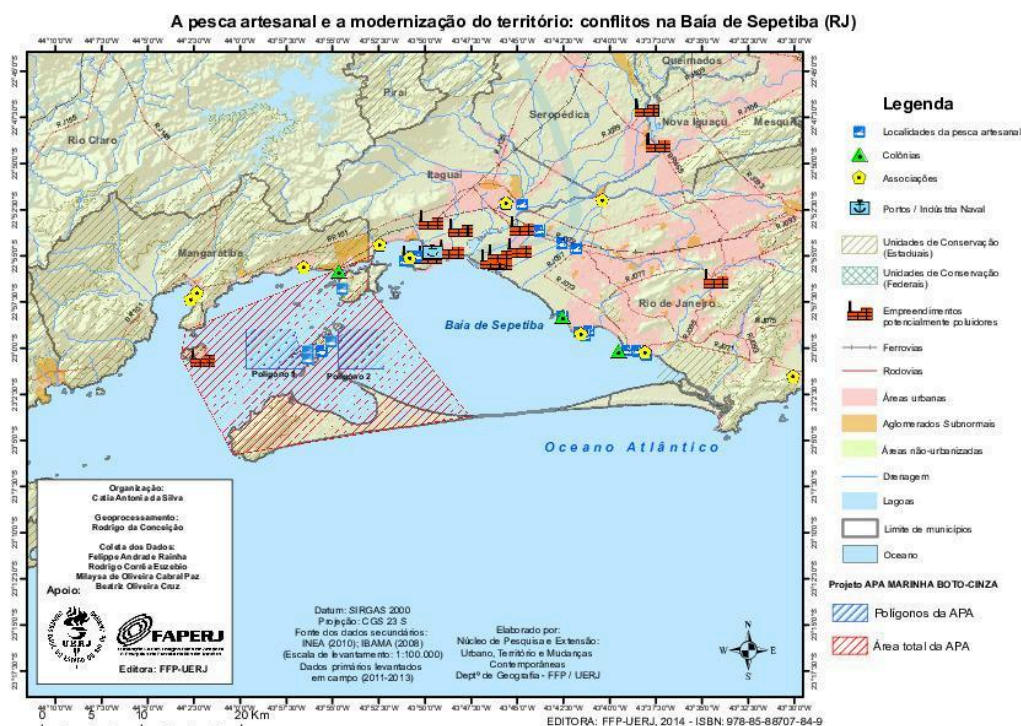
Fonte: Plácido, 2024.

É válido enfatizar que a atual sede da ACAMM está localizada em um terreno onde existem centenas de dutos de gás da Petrobrás, instalados nos anos 1990, e atualmente existem construções de novos dutos. Pescadores e Catadores de Caranguejos relataram que os novos dutos passam por cima e por dentro do rio Suruí, e que as obras desses dutos inviabilizaram a atividades dos catadores de caranguejos devido a batimetria dos motores e ao lixo despejado dentro do rio durante o período das obras.

Recorremos ao conceito *zona de sacrifício* que, segundo Acselrad (2004), são áreas estratégicas para instalação de empreendimentos de alto potencial poluidor, também denominadas de *bota fora*, por habitar populações de baixa renda e pela desregulação ambiental desses territórios favorecer os interesses econômicos dos grandes capitais ao permitir isenções tributárias que os transformam em paraísos fiscais e/ou paraísos de poluição. Esses grandes empreendimentos vêm reorganizando o processo de territorialização e criando dinâmicas de desterritorialização dos pescadores locais (Plácido, 2017).

A dinâmica da Baía de Sepetiba não é diferente. Uma região com instalação de vários empreendimentos industriais, sobretudo portuários, e que se sobrepõem ao território pesqueiro. Vejamos o mapa abaixo:

Mapa 2 - Pesca artesanal na Baía de Sepetiba e as indústrias.



Fonte: Silva, 2014.

Na Ilha da Madeira destacamos a Associação de Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira na Baía de Sepetiba. A APLIM foi a primeira associação de pesca fundada e reconhecida no Brasil e essa iniciativa foi motivada pelo enfrentamento a uma fábrica que se instalava na Ilha da Madeira nos anos de 1950, e ameaçava desterritorializar os pescadores locais de seus territórios. Assim surgiu o primeiro movimento de resistência desses pescadores na Ilha da Madeira. Contudo o ciclo do desenvolvimentismo na Ilha da Madeira retoma após dos anos 1980 e as lutas pelo território se tornaram cada vez mais constantes. Atualmente os pescadores locais resistem contra grandes portos, base naval de submarino da Marinha do Brasil, termelétricas flutuantes, entre outros. O número de pescadores reduziu cerca de 80% nos últimos anos, segundo dados de cadastramento na APLIM.

Figura 4 - Associação de Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira/RJ.



Fonte: Plácido, 2024.

A escolha das associações neste estudo ocorreu em virtude das características e ações desenvolvidas que visam: i. ao desenvolvimento de processos produtivos no interior de comunidades vulneráveis, o fortalecimento da cidadania e a garantia de

sobrevivência das populações locais; ii. a adoção de práticas de gestão inovadoras enquanto alternativas de trabalho e renda e processo de inclusão social, com vistas ao desenvolvimento local e iii. a construção de novos paradigmas pautados na vida e no bem comum; iv. Respeito à diversidade cultural, social e biológica dos ambientes em que estão inseridos.

O objetivo deste estudo é evidenciar as lutas e resistências dos pescadores. O pós doutoramento se desdobrou em projeto de extensão, e contou com a participação de graduandos e pós graduandos dos cursos de geografia da UFRRJ, possibilitando a articulação do ensino, pesquisa e extensão, por meio do diálogo entre saber científico e saber popular.

A pesquisa utiliza a abordagem qualitativa e as análises dos cenários apresentados demandaram estudos bibliográficos e documentais. Nas pesquisas bibliográfica e documental foram incorporados artigos científicos, teses e dissertações, documentos técnicos de agências nacionais, de governos federal e estadual e de organizações da sociedade civil com perfil socioambiental, entre outros. Nos estudos de campo, utilizamos de entrevistas e rodas de conversas com as comunidades. Os dados foram analisados, transcritos e registrados em forma de texto, para confecção de um Livro sobre a história desses pescadores. Ao todo foram realizados 08 (oito) encontros na APLIM, com realização de entrevistas e rodas de conversas, um encontro com uma caiçara da Ilha dos Martins na Ilha da Madeira.

Na ACAMM foram realizados 03 (três) encontros e uma saída de barco pelo percurso do rio Suruí até a Baía de Guanabara. Percebemos que mesmo diante de impactos e vulnerabilidades, os catadores de caranguejos buscam desenvolver processos produtivos no interior da própria comunidade por meio de práticas de gestão inovadoras enquanto alternativas de trabalho e renda, processos de inclusão social, mas acima de tudo, por meio de atitudes pautadas em paradigmas que concebem o espaço geográfico em sua totalidade. Vejamos os registros nas figuras abaixo:

Figura 5: Oficina de coleta de dados na ACAM, ano 2024.



Fonte: Plácido, 2024.

Figura 6: Lançamento do Livro “Até o rio está triste”, na sede da ACAMM em 2024.



Fonte: Plácido, 2024.

Figura 7: Oficina com mulheres caiçaras na APLIM em 2024.



Fonte: Plácido, 2024.

Figura 8: Oficina com mulheres caiçaras na APLIM, 2024.



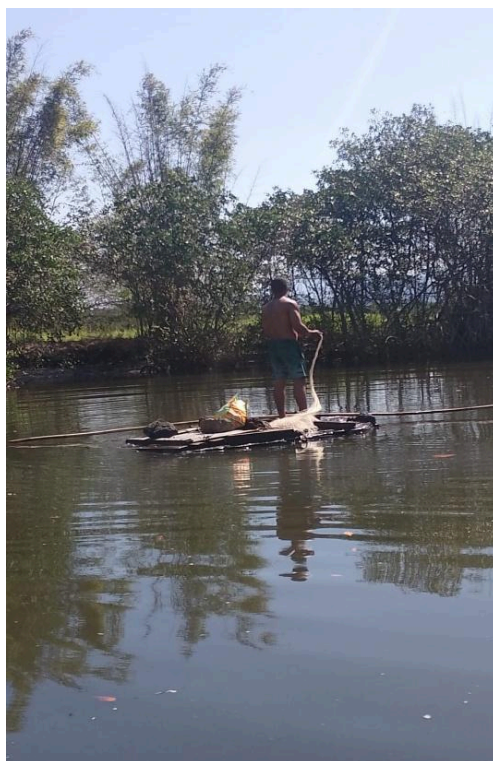
Fonte: Plácido, 2024.

Figura 9 - Entrevista com grupo musical Pancada no Saco na Ilha da Madeira



Fonte: Plácido, 2024.

Figura 10: Saída de barco pelo rio Suruí/Magé/BG



Fonte: Plácido, 2025.

2. Reorganização do Território em função do capital

A expansão e a materialização de empreendimentos industriais, siderúrgicos e portuários contribuíram para o ordenamento dos territórios abrangidos pelo presente estudo e, por isso, demandam uma reflexão sobre este complexo processo.

Consideramos o território como expressão de relações econômicas e sociais, o que implica levar em conta que “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social” (Santos, 1996, p. 15). Este entendimento traz a necessidade de repensarmos as relações que organizam o território em si, pois a produção do espaço geográfico é resultante das relações sociais de produção (Lefebvre, 1976). Só assim podemos compreender território como sistemas de objetos implicados com sistemas de ações, como propõe Milton Santos (1996).

Antes de discutirmos este conceito geográfico é preciso explicitar o conceito de espaço geográfico, a fim de evitar confusões epistemológicas no decorrer das análises. De acordo com Souza (2013), o espaço geográfico é um espaço social em que as dinâmicas ressaltadas estão no âmbito das relações sociais. A noção de território como projeção espacial tem a ver com limites, fronteiras, demarcações por meio de relações de poder, sem que a análise se esgote na delimitação espacial. Como não há um único tipo de poder e nem um único tipo de território, o conceito de território abarca a noção de um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder (Souza, 1995).

Nessa perspectiva, afirmamos que, historicamente, o território tem sido delimitado a partir das relações de poder e, nesse sentido, destacamos o pensamento de Claude Raffestin (1993, p. 144), para quem prevalece o caráter político do território pois, segundo ele, “[...] o território se apoia no espaço, mas não é o espaço, é uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder”. O essencial dessa análise refere-se à composição do território por ação e poder intrínsecos nas relações sociais.

A inspiração inicial sobre o conceito de poder vem de Arendt, para quem o poder não é algo a ser armazenado, mas existe em sua efetivação, diferentemente da força.

[...] o poder é sempre, como diríamos, hoje, um potencial de poder, não uma entidade imutável, mensurável e confiável como a força. Enquanto a força é a qualidade natural de um indivíduo isolado, o poder passa a existir entre os homens quando eles agem juntos, e desaparece no instante que eles dispersam. [...] um grupo de homens relativamente pequeno, mas bem-organizado, pode governar, por tempo quase indeterminado, vastos e

populosos impérios [...] por outro lado, a revolta popular contra governantes materialmente fortes pode gerar um poder praticamente irresistível. Mesmo quando se renuncia à violência face a forças materiais vastamente superiores (Arendt, 1983, p. 212-213).

Para Foucault (1996), o poder aparece focalizado em exemplos de poder opressor, entendendo-o, também, por meio da produção da disciplina e da eficiência. Mas, tanto em Arendt quanto em Foucault, é possível perceber a ambivalência do poder. Segundo Souza (2013), vale a pena distinguir o *poder explícito*, que é exercício do poder visível e vinculado ao governo (não somente no sentido estatal, mas também no autogoverno) e o *infra poder*, que corresponde à introjeção coletiva de valores (significações imaginárias sociais). O esforço de entender o conceito território remete a uma conjunção de conceitos relativos à espaço e ao poder.

[...] uma vez que o espaço territorializado é um território definido e delimitado no espaço por e a partir de relações de poder [...] a questão primordial, aqui, não é, na realidade, quais são as características geoecológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou para quem se produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. Estes aspectos podem ser de crucial importância para a compreensão da gênese de um território ou do interesse por tomá-lo ou mantê-lo [...], mas o verdadeiro *leitmotiv* é o seguinte: quem domina, quem influencia e como domina ou influencia esse espaço. Este *leitmotiv* traz embutida, ao menos um ponto de vista não interessado em escamotear conflitos e contradições sociais, a seguinte questão inseparável, uma vez que o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder: quem domina ou influencia quem nesse espaço, como? (Souza, 1995, p. 78-79).

A pergunta de Souza (1995) permite perceber o exercício de poder nas relações sociais e abre caminho para a compreensão da (re)organização do território em função do capital. Nessa ótica, o território é concebido como um espaço onde se materializam as relações de dominação e/ou de apropriação, desdobrando-se “ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ à apropriação mais subjetiva e/ou cultural/simbólica” (Haesbaert, 2004, p. 95-96).

Na dimensão jurídico-política, o território é visto como espaço delimitado e controlado, com o Estado exercendo o poder quando as diferenças políticas e os interesses dos atores sociais são amplificados. Quando esses atores não alcançam um grau equilibrado de negociação, o poder é fragmentado e grupos mais coesos sobressaem-se apresentando suas propostas políticas sobre o território. Nesse sentido, Santos (2000) afirma que o território se apresenta aos atores hegemônicos como um

recurso para realização dos seus interesses particulares. Também pode se configurar como recurso dos atores contra-hegemônicos em seus movimentos de resistência.

Cabe ao Estado mediar as relações conflituosas, onde os atores sociais se apropriam e se utilizam do espaço geográfico como fonte de poder, dominação, manutenção da hegemonia, fonte de recursos naturais para garantia do bem comum para o coletivo. Essa compreensão faz-se necessária para analisar quais agentes hegemônicos são responsáveis pelo processo de reordenamento territorial que ocorre nas baías em tela, face à expansão dos grandes empreendimentos.

3. Lutas por existências e resistências

A análise das lutas dos pescadores nas Baías de Guanabara e de Sepetiba pode ser feita à luz da Ecologia Política, especificamente com o conceito *zona de sacrifício*, pois as externalidades do desenvolvimento e os riscos ambientais são desproporcionalmente distribuídos. Inicialmente as comunidades também eram desprovidas de organização social para lutar pelos seus direitos.

Em ambos os cenários apresentados, a pesca artesanal é a atividade mais impactada pela degradação ambiental, pela deterioração dos manguezais, pela diminuição da quantidade do pescado, pelo desaparecimento de espécies animais e vegetais, e pelo assoreamento de grandes extensões dos rios. Devido à criação de imensas zonas de exclusão da pesca - áreas de espelho d'água próximas aos empreendimentos, áreas de praticagem (ampliação do estacionamento de navios e rebocadores) e áreas de fundeio, a vulnerabilidade e a invisibilidade dos pescadores artesanais nesses territórios foram geradas e consolidadas ao longo das últimas décadas. Esses grupos lutam durante décadas para garantirem seus direitos de manutenção de suas atividades pesqueiras, uso do território e modos de vida.

Dentre os diversos problemas socioambientais destacam-se as áreas industriais - portos, piers, terminais marítimos, refinarias - áreas de fundeio clandestinas; atividades intensas de *off-shore*; lixo e poluentes flutuantes nas embocaduras de rios; saídas de corpos hídricos onde a atividade industrial afeta e compromete a qualidade das águas e, conseqüentemente, acarreta impacto na qualidade e no quantitativo do pescado da região, capturado artesanalmente por várias comunidades tradicionais pesqueiras existentes nas suas margens para produção da existência.

Dados da Federação Industrial da Pesca no Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ) evidenciam alta vulnerabilidade dos pescadores no que se refere à dimensão econômica relacionada à “dependência da atividade pesqueira para geração de renda, ao mesmo tempo em que a renda média mensal não costuma ultrapassar um salário-mínimo e meio (2023, p. 117)”.

A atividade pesqueira desenvolvida pelos pescadores nas Baías de Sepetiba e Guanabara comporta desde pescarias em manguezal, uso de aparelhos de cerco fixo como os currais e as cercadas nas baías, a predominância das redes de emalhe em suas várias formas de atuação, linhas, até o uso de embarcações de pequeno porte de arrasto e traineiras de cerco.

Na baía de Sepetiba, os pescadores e as marisqueiras de Barra de Guaratiba e Pedra de Guaratiba (Associação de Marisqueiras); de Sepetiba (Associação de Pescadores) e da Ilha da Madeira, Coroa Grande e Itacuruçá, que se integraram às oficinas participativas⁶ realizadas na Ilha da Madeira, em 2022, relataram que a abertura de canais do Porto e das áreas de fundeio e o barulho causado pela ancoragem dos navios provocam assoreamento do mar e expulsam o pescado por, aproximadamente, 500 metros. Tais fatores contribuem para a inserção da Ilha da Madeira (63,5%), Mangues de Guaratiba (65,8%), Barra de Guaratiba (62,7%) e Sepetiba (62,1%) na alta vulnerabilidade relacionada ao nível baixo dos cinco indicadores econômicos: renda relativa, renda média, rendimento bruto, dependência da atividade pesqueira e número de compradores de pescados (FIPERJ, 2023), o que contribui para deteriorar as condições de trabalho e de sobrevivência da população desta baía.

4. Reflexões acerca do conceito de Ecopedagogia

Neste tópico buscaremos, ainda que de forma embrionária, discutir o conceito de Ecopedagogia alinhado a outros conceitos que dão sustentação e dialogam com o grito dos pobres, dos marginalizados e vulnerabilizados. Vamos propor um entrelace, uma comunhão e uma travessia epistemológica visando fortalecer o conceito de Ecopedagogia e trazer novos apontamentos e diretrizes para esse movimento. Os conceitos utilizados para dialogar com a Ecopedagogia serão: ecologismo dos pobres de

⁶ Projeto de Apoio à Pesquisa Marinha e Pesqueira no Rio de Janeiro (Medida Compensatória e TAC da PetroRio, conduzidos pelo MPF/RJ) e da Cofrem Brasil, em parceria com o Núcleo de Estudos em Manguezais (NEMA/UERJ), Instituto Marinho para o Equilíbrio Socioambiental (Marés) e o Laboratório de Geoquímica Orgânica Marinha (Lagom/UERJ).

Martinez-Alier (2004) e a ecologia integral fundada pelo Papa Francisco na *Laudato'si* (2015), dentre outros. Todos os conceitos têm suas bases e seus autores oriundos da América Latina, assim como a Ecopedagogia teve seu início nos anos de 1990 na Costa Rica com Francisco Gutiérrez e Cruz Prado e no Brasil a tradução do livro se deu no final da década de 1990. No início do ano 2000, surge a obra de Moacir Gadotti: *Pedagogia da Terra*. Esses são os marcos do que hoje chamamos de Ecopedagogia, mas ainda podemos entrelaçar as obras de Leonardo Boff nomeadas *Saber Cuidar e Ecologia: Grito da Terra, Grito dos Pobres*.

Segundo Dickmann (2022) a Ecopedagogia é uma pedagogia do caminho, que se faz caminhando e exige de nós uma postura “franciscana”, sabendo que não seremos entendidos agora, mas no futuro. Papa Francisco (2015) sugeriu ao mundo:

Em vez de competição, colaboração.

Em vez de egoísmo e individualismo, generosidade.

Em vez de exploração, processos sustentáveis.

Em vez de acumular, distribuir.

Em vez do consumo em excesso, o necessário e responsável.

Em vez de ganância, altruísmo.

De posse desse pensamento, vimos a necessidade de desenvolver valores éticos que recuperem a humanidade dos homens, pois vivemos em sociedade em crise. A atual crise climática tem reunido representantes políticos, religiosos, instituições públicas e privadas para discutir ações e estratégias para o enfrentamento dessa problemática. Mas também nos leva a refletir sobre o atual modelo de sociedade e modelo de produção que estamos buscando. Guimarães (2015) contribui nessa linha de pensamento trazendo a veemente discussão de uma transição paradigmática ou à construção de uma outra racionalidade, que tenha como base a reflexão sobre as razões profundas da crise ambiental na qual vivemos nas últimas décadas; os embates de ideias, o enfrentamento nas relações de poder que engendram a constituição da realidade socioambiental que temos hoje no Brasil e no mundo.

Segundo o autor acima citado, a superação da concepção hegemônica, que prioriza o interesse particular frente ao interesse comum/público; e a formação de uma nova racionalidade ambiental desvela esta realidade hegemônica em crise, suas

contradições, seus conflitos e injustiças. E esse desvelamento pode ser o alimento de uma nova prática e de novas experiências de modos de vida baseados em outros moldes de relações humanas e econômicas. Mesmo que silenciados pelo modelo hegemônico vigente, resistências de outros modos civilizatórios, outros modos de relação com a natureza sinalizam outros modos possíveis de vida, de relações integradas e de gestão dos recursos naturais.

Tanto o Brasil como os países latino-americanos se tornam terrenos férteis para desenvolver estudos e ações alinhadas à construção do pensamento ambientalista por conta da identidade comum de exploração e de conflitos que marcam os países dessa região. A realidade geopolítica brasileira e latino-americana apresenta o território como espaço de realização do capital em seu voraz processo de acumulação primitiva (Leher, 2007). A América Latina, em sua condição histórica de ‘quintal’ para exploração dos países desenvolvidos, possui uma conjunção de fatores que favorecem essa expansão voraz do capital: água doce abundante, ricas florestas, alto potencial energético, terras férteis e baratas, climas e solos favoráveis à expansão agrícola e, sobretudo, extensa área litorânea que favorece a expansão de projetos portuários.

Desnaturalizar a ideia de que um território deve ser explorado em seus recursos naturais, e ainda, que a sociedade ‘deve’ se organizar em torno desse modelo de exploração e desenvolvimento é importante para romper com a superação de ideias extrativistas.

Alier (2011) nos diz que o projeto neoliberal implantado em boa parte dos países latino-americanos durante a década de 1990 teve e continua tendo, como resultado, um drástico incremento dos conflitos de justiça ambiental. Nesse contexto, nas últimas décadas têm aparecido em distintas partes da América Latina diversas expressões de ruptura, de luta contra as injustiças socioambientais (e culturais) evidenciando que a exploração dos recursos naturais não trouxe maior bem-estar coletivo, mas maior desigualdade e escassez.

Como afirma Martínez Alier, nem todos os seres humanos são igualmente afetados pelo uso que a economia faz do ambiente natural. Alguns se beneficiam mais que outros, alguns são mais onerados que outros, sendo essa a razão dos conflitos ecológicos distributivos. Considerando que existem grupos que historicamente vivem em situações de maior vulnerabilidade socioambiental, é necessário ressaltar que tais

grupos também têm formas diferenciadas e específicas de responder, de reagir, e de se defender em situações de risco.

Alier (2011) aponta, também, que um dos debates teóricos e políticos mais veementes no momento, irradiado do contexto andino para toda a América Latina, é o que versa sobre o sentido e os alcances da noção de Bem Viver (Constituição equatoriana) ou Viver Bem (no caso boliviano), conceitos que são opostos a viver melhor. O Viver Bem não está centrado no modelo produtivista de crescimento econômico contínuo, mas sim na compreensão de equilíbrio e respeito mútuo; o “viver bem” de todos, em vez do “viver melhor” de poucos.

O Viver Bem traz o reconhecimento de outras culturas nas práticas ambientais e na elaboração de políticas públicas voltadas para territórios marcados por conflitos desiguais de interesses de diferentes atores, como o caso da luta dos pescadores artesanais para manutenção de suas práticas sociais em Itaguaí. Essa ideia é defendida por Alier (2011) como descolonização das práticas, das condutas, dos comportamentos, levando a uma descolonização dos imaginários. O referido autor (2011, p. 49) justifica:

(...) trata-se de abarcar a dimensão política do conflito a partir de um projeto que requer desvelar e enfraquecer o paradigma da modernidade colonial, com seu dogma de “desenvolvimento” como crescimento material ilimitado e sua retórica ancorada na igualdade formal e nos direitos individuais, no marco de democracias representativas igualmente formais, dessubstancializadas. A questão é desvelar e enfraquecer, mas também construir horizontes de sentidos diferentes, como os articulados pelas ideias de Bem Viver ou Viver Bem.

Coragio (2011) nos diz que a ideia de algo localizado “desde el sur” não se refere apenas a uma delimitação geográfica do Hemisfério Sul ou uma reafirmação da linha do Equador, pois essa ideia não se reduz às lógicas territoriais ou aos conflitos socioambientais, mas abarca também a filosofia latino-americana

Ainda segundo Coragio (2011, p. 30), “desde el sur significa a percepção da porção contra hegemônica subalternizada pela pressão do capital que sofre injustiças e que reage propondo epistemologias e pedagogias emergentes”.

Diante do cenário introduzido aqui, a Ecopedagogia se consolida como uma estratégia para construção do pensamento ambiental e enfrentamento da crise ambiental vivida no mundo, desafiando o modelo de desenvolvimento atual ao fomentar uma consciência crítica acerca da exploração dos recursos e a necessidade de valorização da dignidade humana, incentivando atitudes sustentáveis e responsáveis. Ao integrar aspectos sociais, econômicos e ambientais, contribui para uma visão mais justa e

equilibrada do mundo. O objetivo é promover uma nova mentalidade, que valorize o bem comum e promova a dignidade humana em harmonia com o meio ambiente (Zimmerman, 2005).

Com a pretensão de trazer provocações e indagações para que novas discussões nasçam, e com isso se fortaleça o campo da Ecopedagogia no Brasil e nos países latino-americanos, buscamos expressar o alinhamento conceitual e epistemológico da Ecopedagogia com o “ecologismo dos pobres” e com a Ecologia Integral, nos arriscando ainda, afirmar que as comunidades pesqueiras estudadas (APLIM e a ACAMM) em seus históricos de lutas e resistências, vêm denunciando as zonas de sacrifícios instauradas em seus territórios, e através da militância, organização social, enfrentamento e resistências, vem construindo zonas de cidadania. As formas de existência e resistência as externalidades do desenvolvimento em curso, legitima as abordagens relacionais propostas pela Ecopedagogia, pois ambas as associações comprometem-se com a transformação da realidade, ou seja, com o seu enfrentamento e travessia para novas relações mais justas e emancipatórias.

CONCLUSÃO

Este artigo buscou elucidar os resultados de um projeto de extensão denominado “História de Pescadores” de duas associações, em territórios diferentes da Baixada Fluminense no Rio de Janeiro, mas semelhantes em seus históricos de lutas, resistências e existências.

Na Geografia encontramos a fundamentação teórica para ler estes territórios a partir das dinâmicas de produção do espaço geográfico pelo pescador, das disputas de poder estabelecidas, da identificação da escala temporal do lugar (conexões afetivas com o lugar) e a análise da degradação ambiental e da modernização do espaço de ambas as baías estudadas.

No universo de análise da pesca artesanal no Brasil, um dos maiores desafios para a ciência geográfica é compreender a totalidade da produção social do espaço dos pescadores artesanais por meio da análise do espaço social vivido e concebido pelos pescadores (Silva, 2019). Os pescadores artesanais tem uma maneira própria de conceber a natureza como indispensável para a prática de suas ações sociais, isto é, a natureza é uma das condições concretas de trabalho desses homens e mulheres, e não apenas um recurso passível de exploração e intervenções como a lógica

urbana-industrial pressupõe. Por este motivo, o mar também é um território de lutas pela manutenção de seus modos de vida.

Os resultados das análises, apontam que a APLIM e a ACAMM lutam contra a apropriação desigual do território, e lutam pelo reconhecimento de seus direitos e identidade como povos tradicionais. Resistem por adotarem práticas de autogestão, práticas solidárias e integrativas, estratégias de enfrentamento às desigualdades sociais, superação dos processos de degradação ambiental, estratégias de manutenção de suas atividades em seus territórios pesqueiros (mar).

A Ecopedagogia é fundamental pois traz visibilidade às lutas dessas comunidades tradicionais, que possuem visão sistêmica da vida, e entende o mundo como uma teia interconectada. Os povos tradicionais tendem a ser ecoconscientes, solidários e críticos, e sobretudo capazes de agir de forma sustentável e transformadora em suas comunidades e no planeta, pois vivem e sentem na pele as injustiças socioambientais e as externalidades do processo de desenvolvimento capitalista em voga. APLIM e ACAMM existem e resistem!

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. (org) Sentidos da sustentabilidade urbana. In: **A duração das cidades: sustentabilidade e risco na política urbana**. Rio de Janeiro: DP&A, pp. 27-55, 2001.

ACSELRAD, Henri. Apresentação: de “botas foras” e “zonas de sacrifício” – um panorama dos conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro. In: ACSELRAD, Henri. (org.). **Conflito social e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, pp. 7-18, 2004.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.

BOFF, Leonardo. **Ecologia: grito da Terra, grito dos pobres**. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

CASTRO, Krishna. Neffa. Vieira. de. Dinâmica socioambiental da Baía de Guanabara: um mapeamento integrado. **Trabalho de pós-doutorado**. UERJ, (PELD/CNPq), 2018.

CORAGIO, José. Luis. El papel de la economía social y solidaria en la estrategia de inclusión social. *Decisio*, Mayo- Agosto 2011. p. 23-31.

DICKMANN, Ivo. **Reinventando a Ecopedagogia**: patriarcado, modernidade e capitalismo. Revista Sergipana de Educação Ambiental - REVISEA, São Cristóvão, v. 9, n. 1, p. 1-16, set. 2022.

FIPERJ, Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro. **Análise da Vulnerabilidade das Localidades Pesqueiras Costeiras do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, RJ: FIPERJ, 2023. Disponível em: <http://www.fiperj.rj.gov.br/index.php/publicacao/index/1>.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

GUIMARÃES, Mauro. Prefácio. In: LOUREIRO, F. B.; PEREIRA, C. S.; ACCIOLY, I. B.; COSTA, R. N. **Pensamento Ambientalista numa sociedade em crise**. Macaé: NUPEM/UFRJ, 2015.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização**. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2004.

LAUDATO SI'. **Sobre o cuidado da casa comum**. São Paulo: Paulinas, 2015.

MARTINEZ-ALIER, Joan. **El ecologismo de los pobres**. Barcelona: Icaria editorial. 2004.

PLÁCIDO, Patrícia de Oliveira. **A educação ambiental (EA) em tempos de travessias**: desenvolvimento, zonas de sacrifício e gestão ambiental pública em Itaguaí/RJ. Tese (Doutorado em Meio Ambiente). Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente. Rio de Janeiro: UERJ, 2017. 211f.

PLACIDO Patricia de Oliveira; VILAÇA, Natália. 2017. Geopolítica dos conflitos ambientais: estudo de caso do Super Porto Sudeste (Itaguaí/RJ) e Super Porto do Açu (São João da Barra/RJ). In: **Territórios, Populações Tradicionais e Conflitos Sociais**. Coletânea Percepção Ambiental e Ecopedagogia com Populações Tradicionais. Farias, et al (Orgs). Mossoró – RN. EDUERN, 2017. 214 p.

PLÁCIDO, Patricia de Oliveira. **A educação ambiental em tempos de travessias**. Curitiba: Appris Editora, 2021.

PRADO ROJAS, Cruz. **Ecopedagogia**: cap a una Ciutadania planetaria. Quaderns d'educació contínua, n. 44, p. 5-13. 2020. Disponível em: <http://boschmorata.org/quaderns44.html> Acesso em: 10 nov. 2022.

SILVA, Catia Antonia da. **Política Pública e Território**: passado e presente da efetivação de direitos dos pescadores artesanais do Brasil. 2ª edição. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

ZIMMERMAN, Marcel. **Ecopedagogía:** el planeta en emergencia. Bogotá: Ecoe Ediciones, 2005.